



Mercator - Revista de Geografia da UFC
E-ISSN: 1984-2201
edantas@ufc.br
Universidade Federal do Ceará
Brasil

Frederico, Samuel
CIRCUITO ESPACIAL PRODUTIVO DO CAFÉ E O JOGO DE ESCALAS
Mercator - Revista de Geografia da UFC, vol. 13, núm. 1, enero-abril, 2014, pp. 37-48
Universidade Federal do Ceará
Fortaleza, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=273630615004>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

CIRCUITO ESPACIAL PRODUTIVO DO CAFÉ E O JOGO DE ESCALAS

coffee productive spacial circuit and the game of scales

Samuel Frederico *

Resumo

Desde a década de 1990, a adoção da ideologia e das políticas neoliberais provocaram grandes transformações nas dinâmicas produtivas e na relação entre os agentes do circuito espacial produtivo do café brasileiro. Alterações no papel do Estado permitiram o aumento do poder e da escala de ação de grandes empresas torrefadoras e tradings, em detrimento, sobretudo, dos pequenos produtores. Dessa forma, o artigo tem como objetivo analisar as relações de poder entre os agentes que compõem o circuito espacial produtivo do café e suas respectivas escalas geográficas de ação. Para isso, parte-se de uma discussão sobre a definição e a articulação dos conceitos de circuito espacial produtivo e escala geográfica, para depois analisar a ascendência da regulação corporativa na cafeicultura e as alternativas de produção de cafés especiais desenvolvidas por alguns produtores.

Palavras-chaves: Circuito espacial produtivo; Escala geográfica; Globalização; Cafeicultura.

Abstract

Since the 90s, the adoption of neoliberal ideology and politics caused major changes in the productive dynamics and agent's relations in the Brazilian coffee productive spacial circuits. Changes in the role of the state allowed the increase of power and action scale of large companies like traders and roasters vis-à-vis small coffee growers. Thus, this article aim to analyze power relations in the coffee productive spacial circuits and the geographical scales of action of its agents. It begins by a theoretical discussion about the definition and articulation of the concepts of productive spacial circuits and geographical scales. After that, it analyze the ascendancy of corporate regulation and alternative production of specialty coffee developed by some producers.

Key words: Productive spacial circuit; Geographical scale; Globalization; Coffee production.

Resumen

Depuis les années 90, l'adoption de l'idéologie et de la politique néolibérale ont entraîné d'importants changements dans la dynamique de production et les relations de l'agent dans les circuits productifs spatiales de café au Brésil. Changements dans le rôle de l'État a permis l'augmentation de la puissance et de l'échelle d'action des grandes entreprises comme les commerçants et les torréfacteurs vis-à-vis des petits producteurs de café. Ainsi, cet article vise à analyser les relations de pouvoir dans les circuits spatiaux productifs du café et les échelles géographiques d'action de ses agents. Il commence par la discussion théorique sur la définition et l'articulation des concepts de circuit spatial productif et les échelles géographiques. Alors, il analyse la montée en puissance de la réglementation des entreprises et de la production de remplacement du café de spécialité développée par certains producteurs.

Palabras clave: Circuit spacial productif; Échelle géographique; Mondialisation; Production du café.

(*) Prof. Dr. do Departamento de Geografia da Universidade Estadual de São Paulo (Rio Claro) - Av. 26-A, 1.515, CEP: 13506-900, Rio Claro (SP), Brasil. Tel: (+55 19) 3526 9221 - sfrederico@rc.unesp.br

INTRODUÇÃO

No atual período da globalização (SMITH, 1997; SANTOS, 2000; PECK; TICKELL, 2002; HARVEY, 2004), alterações de ordem técnica e política têm resultado no aumento exponencial dos fluxos internacionais. A relação indissociável entre o imperativo das políticas neoliberais, o predomínio da lógica financeira (pública e privada) e a emergência das tecnologias da informação e comunicação, sob o motor da acumulação, tem resultado na gradativa mundialização da produção, dos serviços e do consumo. Trata-se da crescente dispersão territorial das etapas produtivas, amparada pela sua maior integração funcional e de comando.

Neste contexto, caracterizado pelo aprofundamento da divisão territorial do trabalho e pela consequente especialização regional produtiva, os conceitos de circuito espacial produtivo, círculos de cooperação e escala podem nos auxiliar no entendimento do movimento que preside a integração das etapas geograficamente separadas da produção e das mudanças nas relações de força entre os agentes.

No caso da cafeicultura, a ascendência da regulação corporativa, a partir do final da década de 1980, tem alterado a escala geográfica de ação e as relações de poder entre os diferentes agentes de seu circuito espacial produtivo. Trata-se do aumento do poder e da ampliação da escala de atuação de grandes empresas torrefadoras e tradings, em detrimento da participação dos Estados e produtores, sobretudo, os menores.

Com o objetivo de analisar as relações de poder entre os agentes que compõem o circuito espacial produtivo do café e suas respectivas escalas geográficas de ação, este artigo está subdividido em três partes, fora esta pequena introdução e as considerações finais. Na primeira parte, retomamos brevemente a discussão sobre a definição e a operacionalidade dos conceitos de circuito espacial produtivo e círculos de cooperação, fazendo uma primeira aproximação dessas noções com a ideia de escala geográfica. Na segunda parte, aprofundamos a concepção de escala geográfica como uma dimensão socialmente produzida, e que ao se combinar com a ideia de circuito espacial produtivo permite apreender as relações de poder estabelecidas entre os diferentes agentes (Estado, empresas e produtores). Por fim, na terceira parte, o objetivo é operacionalizar as discussões anteriores por meio da análise do circuito mundial do café.

CIRCUITO ESPACIAL PRODUTIVO, CÍRCULOS DE COOPERAÇÃO E ESCALA

As noções indissociáveis de circuito espacial produtivo e de círculos de cooperação (SANTOS, 1986; SANTOS; SILVEIRA, 2001) são nitidamente transescalares. Enquanto os circuitos espaciais produtivos pressupõem a circulação de matéria (fluxos materiais) entre as instâncias produtivas (produção, distribuição, troca e consumo) de um determinado bem ou produto, num movimento contínuo; os círculos de cooperação referem-se à circulação de informações, ordens, capitais (fluxos imateriais), que garantem a organização necessária para a articulação dos lugares e agentes geograficamente dispersos (CASTILLO; FREDERICO, 2010).

No atual período da globalização, transformações de ordem técnica e político-normativa têm redefinido a extensão e a complexidade dos circuitos espaciais produtivos e de seus respectivos círculos de cooperação. O imperativo do discurso e da prática das políticas neoliberais, com suas distintas variações espaciais (PECK; TICKELL, 2002), e a emergência e a difusão das tecnologias da informação e da comunicação, consubstanciadas, sobretudo, pela integração entre os sistemas de comunicação e informática (telemática), têm promovido o aumento das trocas em escala mundial.

Desde a década de 1980, Milton Santos (1986) já enfatizava a dificuldade de se falar em circuitos regionais de produção. Com as unicidades da técnica, do tempo e da produção, comandadas pelo motor da acumulação (SANTOS, 1996; 2000), os circuitos produtivos tornaram-se cada vez mais globais, articulando dialeticamente o lugar e o mundo. Como propõe Swyngedouw (1997; 2004),

os processos concernentes à globalização podem ser redefinidos como processos de “glocalização”, pois se referem simultaneamente a duas dinâmicas: a) ao deslocamento dos arranjos regulatórios e institucionais da escala nacional (Estado-nação) para as escalas supranacionais (escala global) e subnacionais (escalas regionais, urbanas, locais e até corporais); b) e a regionalização/localização e a transnacionalização das atividades econômicas e das redes inter e intrafirmas, alterando as geometrias de poder pré-estabelecidas.

As alterações técnicas e político-normativas supracitadas têm resultado, dentre outros, numa crescente especialização produtiva dos lugares, distanciando cada vez mais os locais de produção propriamente dito dos locais de consumo, e tornado mais complexas a distribuição espacial das atividades econômicas e a articulação entre as diferentes etapas da produção (CASTILLO; FREDERICO, 2010). O crescente distanciamento físico das etapas produtivas vis-à-vis à maior proximidade organizativa e regulatória, possibilitada pelas técnicas da informação, tem redefinido a hierarquia espacial, ao passo em que confere maior centralidade à circulação.

Como propõem Santos e Silveira (2001), enquanto muitos lugares e regiões dedicam-se, maiormente, à produção propriamente dita, configurando-se, nas palavras dos autores, como “regiões do fazer” ou “produtoras de massa”; poucos concentram os escritórios de gestão e comando das firmas, sendo, por conseguinte, denominados de “regiões do mandar” ou “produtoras de fluxos”. Se por um lado as diversas etapas da produção tornaram-se cada vez mais dispersas no espaço, por outro, estão cada vez mais articuladas pelas políticas das empresas, sobretudo, das grandes, o que evidencia a centralidade dos fluxos materiais e imateriais (circulação e comunicação) na análise geográfica.

Desse modo, se queremos fazer um exame contundente dos circuitos espaciais produtivos, não podemos desconsiderar a sua perspectiva transescalar, isto é, como as decisões políticas, a dinâmica do mercado e a circulação do capital financeiro na escala mundial influenciam a organização produtiva local e regional e, por sua vez, como as decisões locais e regionais também impactam, em proporções distintas, as dinâmicas em escala mundial, sem desconsiderar os níveis intermediários.

Sob o mesmo ponto de vista, Smith (1992; 2004) propõe uma série de interconectadas escalas que vão desde o “corpo” até o “global”, passando pela “comunidade”, pelo “espaço urbano”, pela “região” e pelo “nacional”. Para o autor, a escala pode ser concebida como a expressão material da contradição entre os processos de cooperação e competição capitalista. Apenas para ilustrar este ponto de vista, a perspectiva transescalar nos permite estabelecer conexões, por exemplo, entre a financeirização da economia (escala global), a consequente centralização do capital do setor sucroenergético brasileiro (escala nacional) e a submissão de trabalhadores a condições análogas à escravidão e à morte por estresse físico nos canaviais (escala corpórea). Na perspectiva inversa, os conflitos, a organização dos trabalhadores e as denúncias da prática de trabalho escravo, por parte de organizações e sindicatos, em algumas situações também conseguem afetar as dinâmicas do setor na escala regional, nacional e às vezes mundial.

A mais de uma década, as noções de circuito espacial produtivo e círculos de cooperação vêm sendo utilizadas por diversos geógrafos para a análise dos mais variados segmentos produtivos: laranja, soja, algodão, celulose, café, leite, cacau, caju, melão, sal, petróleo, cana de açúcar, etanol, biodiesel, calçados, confecções, malhas, vestuários, vacinas, máquinas hospitalares, serviços médicos, automóveis e autopeças, eletrônicos, entre outros. Essas pesquisas têm demonstrado a pertinência e a operacionalidade dessas noções na análise dos fluxos materiais, isto é, de como as diferentes etapas produtivas se articulam espacialmente, e dos fluxos imateriais, ou seja, das relações de cooperação e competição estabelecidas entre os diferentes agentes que atuam no circuito.

Todavia, em muitas das referidas análises, percebemos dois tipos de dificuldades que se superadas poderiam contribuir ainda mais para a substantivação e operacionalidade dessas importantes noções: a) quando se trata da análise de produtos destinados à exportação, as etapas finais do circuito realizadas em outros países são, na maioria das vezes, negligenciadas; b) a dificuldade em identificar a escala geográfica de ação dos diferentes agentes envolvidos no circuito produtivo e o papel ativo do espaço geográfico no condicionamento de sua extensão.



Acreditamos que a ideia de escala geográfica pode nos ajudar a superar ambas as dificuldades. Primeiro, ao analisar os circuitos espaciais produtivos não podemos nos ater somente à escala do território nacional, devemos compreender a noção numa perspectiva transescalar, que tem a sua gênese em um determinado lugar ou região, mas que transcende as fronteiras da formação sócio-espacial (SANTOS, 1977), ramificando-se em diferentes direções pelo mundo, até o seu consumo final. Segundo, a presença de uma ou várias etapas de um circuito produtivo em determinado lugar atrai uma série de eventos que se materializam no espaço e que, por conseguinte, possuem uma extensão, o “tamanho do acontecer”, como propõem Santos (1996) e Silveira (2004). Neste caso, trata-se de analisar as escalas geográficas dos diversos agentes que participam do circuito (produtores, empresas, Estado, organizações de trabalhadores, etc.), isto é, a extensão de suas ações sobre o espaço, e o papel deste como condição e condicionante das ações sociais.

A NOÇÃO DE ESCALA GEOGRÁFICA

A noção de escala possui diversas acepções que não se limitam apenas ao espectro epistemológico da Geografia, mas que são assumidas também por outras ciências como a Física, a Biologia, a Geologia, entre outras. Em nossa seara, segundo o Dicionário de Geografia Humana (JOHNSTON; GREGORY; SMITH, 1994), a noção de escala, numa perspectiva mais técnica, refere-se ao nível de representação, algumas vezes chamado nível de resolução. De acordo com o mesmo Dicionário, até meados do século XX, a noção estava amplamente confinada à perspectiva cartográfica e à Geografia Regional. Na Cartografia, escala é concebida como a relação entre a distância no mapa e a correspondente distância na realidade. Na Geografia Regional, a escala era reconhecidamente uma importante questão ao se descrever e caracterizar as áreas de estudo (como os denominados *pays* na geografia clássica francesa). Como assevera Silveira (2004), não resta dúvida sobre a importância de uma escala geométrica aplicada à cartografia, instrumento essencial e distintivo de nossa disciplina, assim como da significativa contribuição da análise regional francesa para a epistemologia da Geografia. Todavia, se o nosso objetivo é construir uma cartografia da ação social (RIBEIRO; SILVA; SCHIPPER, 2011), isto é, analisar como um feixe de eventos se materializa e entra em conflito com as rugosidades presentes no espaço (SANTOS, 1996), temos que superar a perspectiva geométrica de escala, e construir uma escala eminentemente geográfica, como sugere Silveira (2004). O intuito é trabalhar a escala no sentido defendido por Castro (1992), como inseparabilidade e relação entre tamanho e fenômeno.

Há pouco mais de duas décadas, Smith (1992) alegava que havia uma completa relutância por parte dos geógrafos em ver a escala geográfica como algo socialmente construído. Apesar de todo o debate sobre a questão, em particular, na literatura de língua inglesa (COX, 1998; BRENNER, 2000; MARSTON, 2000; SWYNGEDOUW, 2004), ainda existe certa resistência entre os geógrafos em entender escala como um campo de conflito e cooperação entre diferentes agentes. O que Smith (1992) denominava de “geografia liberal”, trata a noção de escala como algo “naturalmente dado” ou então como uma “escolha metodológica”. No primeiro caso, a escala de análise dos eventos seria definida pela extensão de fenômenos naturais como a dimensão de uma bacia hidrográfica, de um bioma ou forma de relevo. No segundo caso, a escala é considerada uma escolha do pesquisador: qual a escala apropriada para determinada análise? Em qual escala os dados devem ser obtidos? Qual a escala mais apropriada para representar os dados no mapa? Em ambos os casos, a escala não é concebida como uma construção social, e sim como um dado a priori definido naturalmente ou pelo pesquisador. Como propõe Silveira (2004), se queremos ir além de uma geometria do espaço, representada apenas pela forma, tamanho e desenho, devemos incorporar a dimensão temporal em nossas análises, isto é, o tempo de ação dos agentes e de efetivação dos eventos.

Próximo à perspectiva defendida por Silveira (2004), Erik Swyngedouw (1997, p. 140) define escala como “arena e momento, em que relações de poder sócioespaciais são contestadas e compromissos são negociados e regulados. Escala é o resultado e a consequência dos conflitos sociais

por poder e controle". Trata-se da apreensão da escala como um campo de forças, isto é, como uma dimensão socialmente construída, uma espacialização temporária de determinado acerto social.

Como concordam diversos autores (SMITH, 1992; SANTOS, 1996; MARSTON, 2000; SWYNGEDOUW, 2004; SILVEIRA, 2004), a escala não é e nunca pode ser o ponto de partida para uma teoria sócioespacial, ela deve ser entendida como uma consequência, uma manifestação da extensão das ações. Dessa forma, seus limites não podem ser definidos a priori, mas interpretados como o resultado temporário da extensão dos eventos. Segundo Smith (1992), além da escala geográfica ser um dos meios primários pelo qual ocorre a diferenciação espacial, ela é socialmente produzida - lugar de potenciais conflitos políticos.

Todavia, ao adotar uma concepção de espaço geográfico como instância social, isto é, como condição e condicionante da ação social, Silveira (2004) propõe uma ideia de escala que vai além da simples extensão da ação. Trata-se do que a autora denomina de "escala de império", consubstanciada na relação entre a ação e as rugosidades (SANTOS, 1996), isto é, as heranças sóciopolíticas e físico-territoriais. Nas palavras da autora (2004, p. 92), "a ação cria instabilidade e conflitos entre os agentes e, portanto, novos limites; a materialidade cria inércia e resistência à mudança".

Para Santos (1996, p. 151), a "escala é um limite e um conteúdo, que estão sempre mudando, ao sabor das variáveis dinâmicas que decidem sobre o acontecer regional ou local". Segundo o autor, ao analisar a relação entre evento e escala, seria necessário distinguir entre a "escala de origem" das variáveis envolvidas na produção do evento e a sua "escala de realização", isto é, a área de ocorrência, de extensão do fenômeno. A escala de origem varia de acordo com a força de seu emissor: as decisões tomadas por uma pequena cooperativa de café orgânico do Sul de Minas Gerais têm um impacto quase que insignificante no circuito espacial produtivo mundial de cafés especiais, suas consequências são na maioria das vezes locais; em contraste, a decisão de uma empresa como a Starbucks em aumentar suas aquisições de café orgânico provoca uma reação em cadeia em todo o circuito, desde os principais países consumidores, como os EUA, até as regiões produtoras espalhadas pelo mundo.

Já a escala de realização, ou impacto, tem a ver com a área de ocorrência, isto é, de extensão dos eventos. Contudo, estes não ocorrem sobre um espaço liso, inerte. Os novos eventos sempre entram em relação com as variáveis pré-existentes no lugar ou região. Por exemplo, a mecanização da colheita do café, amplamente difundida em áreas de Cerrado, encontra dificuldades para se implantar nas áreas de montanha, devido a heranças naturais e socialmente produzidas: inclinação acentuada do relevo, inadequação do espaçamento entre as ruas e os cafeeiros, tamanho relativamente pequeno das propriedades agrícolas, falta de capital para investimento e menor organização coletiva dos pequenos produtores.

Preocupado com a força desigual dos agentes e a respectiva abrangência de suas ações, Smith (2004) propõe a ideia de "salto de escala" (*jumping of scale*). Trata-se da força que determinado agente possui em transcender a sua escala de origem, desde o local até o global. Essa noção pode nos auxiliar na compreensão de como cada agente se insere dentro dos circuitos espaciais produtivos. No caso do café, uma empresa como a Neumann Kaffee Grupp (maior trading mundial de café) consegue facilmente transpor escalas. Ela possui 46 filiais, localizadas em 28 países (exportadores e importadores), contando também com o seu próprio sistema logístico (caminhões, armazéns e navios transoceânicos), o que lhe permite estabelecer contato direto com produtores e mais de 1,5 mil empresas torrefadoras em todo o mundo.

No que se refere ao território brasileiro, o melhor exemplo de "salto de escala" é o da Cooperativa dos Cafeicultores de Guaxupé (Cooxupé). A Cooxupé surgiu como uma cooperativa regional, que aos poucos se transformou na maior exportadora brasileira de café verde, com escritórios localizados nas principais regiões produtoras e portos exportadores, contando também com o seu próprio sistema logístico de escoamento da produção, e capaz de rivalizar com grandes tradings internacionais. No entanto, a Cooxupé é um caso de exceção, a maioria das cooperativas de pro-



dutores continua restrita às escalas local e regional, não conseguindo sequer negociar diretamente seus cafés no mercado externo, permanecendo subordinadas aos corretores e empresas exportadoras.

Como visto, o uso da noção de escala pode contribuir para a melhor compreensão dos circuitos espaciais produtivos e dos círculos de cooperação. Primeiro, porque os circuitos possuem uma perspectiva transcalar, fazendo com que as diferentes escalas se condicionem mutuamente: uma seca ou geada no Sul de Minas (principal região brasileira produtora de café), por exemplo, tem um impacto mundial, alterando durante anos o circuito espacial produtivo do café; assim como decisões tomadas por grandes empresas e países importadores na escala mundial tem um impacto direto sobre a forma de reprodução dos pequenos produtores do Sul de Minas. Segundo, porque os agentes presentes no circuito atuam em diferentes escalas de acordo com sua força e abrangência.

ESBOÇO DO CIRCUITO ESPACIAL PRODUTIVO DO CAFÉ

O simples ato de beber uma xícara de café conecta todos nós a um circuito espacial produtivo que transcende as fronteiras do território brasileiro e que envolve uma série de agentes em diferentes escalas: produtores, atravessadores, associações, cooperativas, tradings, corretores, especuladores, bolsas de valores, empresas torrefadoras e varejistas. Para podermos desfrutar o prazer de beber um bom café, este precisa ser cultivado, colhido, beneficiado, transportado, torrado, moído e colocado dentro de nossa xícara, o que conecta direta ou indiretamente diferentes lugares e regiões espalhadas pelo mundo: as áreas produtoras das montanhas capixabas (Espírito Santo – Brasil), do Oeste de Java e das Montanhas Azuis (Jamaica); os portos de New Orleans (EUA), Hamburgo (Alemanha) e Santos (Brasil); as bolsas de valores de São Paulo e Nova York e as padarias na região da Avenida Paulista em São Paulo, as lojas da Starbucks na Quinta Avenida em Nova York ou os cafés do Quartier Latin em Paris. Como ressaltado, o circuito espacial produtivo do café vincula milhares de produtores a milhões de consumidores espalhados pelo mundo, mas, na maioria das vezes, esta relação não é tão próxima quanto parece. Quanto menor a escala geográfica de ação dos produtores, maior será o número de intermediários e consequentemente a sua distância até o consumidor final.

Apesar de a primeira vista as paisagens monocultoras parecerem homogêneas, quando analisamos seu conteúdo, cada região apresenta uma situação diferente, isto é, uma forma singular de combinação dos diversos eventos. Contudo, o café apresenta uma complexidade ainda maior. Ao contrário da maioria das commodities agrícolas, ele possui diferenças significativas relacionadas: à espécie cultivada (Arábica ou Robusta), ao sistema produtivo (convencional, orgânico, sombreado), à qualidade do produto (gourmet) e às certificações existentes (boas práticas ambientais, Comércio Justo).

O cafeeiro é uma planta tropical, para o seu cultivo é necessário que sejam respeitadas algumas condições edafoclimáticas relacionadas à altimetria (800 a 2000m), temperatura média (18° a 25°), pluviometria (uma estação seca e outra chuvosa ao longo do ano) e luminosidade (intensa). Essas exigências fazem com que apenas as regiões localizadas na faixa intertropical do planeta sejam propícias ao cultivo da rubiácea. Todavia, a maior parte do seu consumo se realiza nos países temperados como os EUA, Japão e países da Europa Ocidental.

Entre dezembro de 2010 e novembro de 2011, apenas onze países foram responsáveis por 90% das exportações mundiais de café. Foi onze também o número de países responsáveis pela importação de 90% do café comercializado no mundo. Os três maiores exportadores (Brasil, Vietnam e Colômbia) e importadores (EUA, Alemanha e Itália) respondem por cerca de 60% das exportações e importações, respectivamente (ABIC, 2012).

De forma resumida, nos países produtores encontram-se as etapas do circuito e agentes relacionados: ao fornecimento de insumos de produção, crédito agrícola e assistência técnica; os próprios cafeicultores; e os intermediários responsáveis pelo rebeneficiamento e comercialização do café (cooperativas, corretores e tradings). Todos os países produtores também são consumidores de café,

possuindo suas próprias indústrias de torrefação e moagem e canais de distribuição (atacado e varejo). Nos países importadores, localizam-se basicamente as empresas importadoras, as empresas torrefadoras (grandes ou pequenos torrefadores de cafés especiais), os distribuidores, os varejistas e a maior parte do mercado consumidor.

O café é uma cultura perene, para manter a produtividade, os arbustos precisam ser renovados em média a cada 16 anos, porém existem plantações que se mantêm produtivas durante décadas. Após o plantio, o cafeiro chega ao ápice de sua produtividade aos três ou quatro anos (EMBRAPA, 2012). Esses fatores acarretam numa série de consequências geográficas e econômicas: dificulta uma possível reconversão produtiva regional, devido à grande quantidade de capital imobilizado nas fazendas; e impede uma adequação da quantidade de grãos produzidos, de acordo com a demanda e os preços praticados no mercado mundial a cada safra.

Costuma-se dizer que o produtor casa-se com o cafeiro após o seu plantio, devido à longevidade e aos custos relativamente elevados de sua implantação. Além disso, a maioria das regiões produtoras se encontra em áreas de relevo acidentado, o que diminui a concorrência com outras commodities agrícolas, que na sua maioria, preferem áreas com terrenos planos, que facilitam a mecanização dos processos produtivos.

Depois de colhido, o café é beneficiado, por meio da retirada da casca e mucilagem e da secagem do grão verde. Esta etapa é realizada geralmente na própria fazenda, que possuem terreiros e equipamentos próprios. Após o beneficiamento, o café é rebeneficiado - separação dos grãos por tamanho, cor, densidade e qualidade da bebida –, etapa realizada na maioria das vezes pelas cooperativas, corretores e tradings.

O controle do rebeneficiamento pode representar um salto escalar para um grande número de pequenos produtores. Apesar da significativa participação dos cafeicultores em associações formais e cooperativas, ainda é grande o número daqueles que não fazem parte de nenhuma organização e que negociam o café diretamente com atravessadores locais, sem a realização de nenhum tipo de classificação do produto. Durante trabalho de campo nos municípios da região do Caparaó, no estado do Espírito Santo, era recorrente ver pequenos cafeicultores vendendo seu café sem nenhum tipo de classificação para corretores locais, que após adquirir os grãos pelo menor preço possível (abaixo da cotação de mercado), os separavam pelo tipo de peneira, defeitos e qualidade da bebida, conseguindo assim obter preços diferenciados de acordo com a qualidade do lote.

No Brasil, a maioria dos corretores e cooperativas possui uma escala de atuação local ou regional, sendo poucas aquelas que conseguem atuar em escala nacional, como é o caso anteriormente citado da Cooxupé e de alguns grandes corretores localizados, principalmente, em Santos (SP) (maior porto de embarque de café do país). No caso dos pequenos corretores, a maioria negocia o café com empresas torrefadoras nacionais ou então com corretores maiores, tradings e grandes cooperativas. Dessa forma, ao vender o café para corretores locais, os cafeicultores limitam sua escala de ação dentro do circuito espacial produtivo, ao aumentar o número de intermediários entre eles e o consumidor final, auferindo consequentemente menores preços.

Em contraste com a situação anterior, existem diversas experiências de pequenos produtores que vem se organizando para a produção de cafés de qualidade superior, orgânico e com certificação do Comércio Justo e ambientais, inclusive com o reconhecimento da origem do produto, como é o caso da obtenção da Indicação de Procedência pelos produtores do município de Carmo de Minas (MG) e região. A associação formal em cooperativas e associações tem se demonstrado um caminho interessante para que pequenos cafeicultores consigam obter um salto de escala dentro do circuito espacial produtivo, alcançando preços diferenciados e certo reconhecimento da qualidade do produto ofertado.

Apesar dessas experiências alternativas, o que vem ocorrendo no circuito espacial produtivo do café é uma crescente centralização de capital (SMITH, 2008), isto é, o aumento do tamanho das empresas exportadoras e torrefadoras através de fusões e aquisições.



Na década de 1990, certa literatura liberal (SAES; FARINA, 1999) afirmava que a abertura do mercado brasileiro e a entrada de grandes empresas transnacionais promoveriam a “livre concorrência” e a melhoria da qualidade do café ofertado no mercado interno. Na verdade, o que ocorreu foi uma centralização do setor, com a aquisição de muitas empresas nacionais por grandes corporações transnacionais, ao passo em que a qualidade do café comercializado continuou ruim. Existe sim um aumento da oferta de cafés de qualidade superior nas prateleiras dos supermercados. Contudo, a maioria esmagadora, inclusive as marcas mais famosas comercializadas na escala nacional, continua a apresentar uma baixa qualidade, situação agravada pela oligopolização do mercado.

A empresa Sara Lee, por exemplo, foi a primeira transnacional a atuar no território brasileiro. Desde 1998, a Empresa americana adquiriu uma série de empresas líderes do setor (Café do Ponto, Caboclo, Pilão, União, Seletto, Moka), passando a concentrar cerca de 20% da produção de café torrado e moído do país. Após pouco mais de uma década, em 2010, as dez principais empresas respondiam por 75% do total produzido, enquanto, em 2003, o índice era de pouco mais de 40% (percentual representado apenas pelas duas primeiras colocadas em 2010). Dentre as dez maiores torrefadoras, as duas primeiras são transnacionais (Sara Lee/EUA e Mellitta/Alemanha) e a terceira é uma joint-venture firmada entre a empresa brasileira Três Corações e a israelense Strauss-Elite (ABIC, 2012).

Com relação ao consumo de café fora de casa, é crescente o número de bares-cafés localizados nos shopping-centers e áreas nobres das principais metrópoles brasileiras, onde é possível tomar os melhores cafés nacionais e inclusive importados, assim como a chegada de grandes empresas do varejo, como a americana Starbucks. Nesses locais, denominados até de Boutiques de Café, como no caso das lojas da Nespresso (Nestlé), não é vendido apenas a “qualidade material” do café, mas, principalmente, seus “aspectos simbólicos” (história, origem ou sabores considerados exóticos) e a ambiência e o serviço personalizado (DAVIRON; PONTE, 2007). Em alguns desses lugares chegasse a pagar até R\$ 20 por uma xícara de café (valor correspondente a dois quilos de café convencional).

Apesar dos produtores que negociam com esses bares-café obterem preços acima do valor de mercado pela qualidade do café vendido, em muitos desses locais sua identidade não é preservada e como afirmam os autores, eles recebem proporcionalmente menos que os produtores convencionais, quando comparado o valor final da xícara de café com o valor obtido com a venda do café verde pelo produtor.

Autores como Daviron e Vagneron (2011) chegam inclusive a falar de uma recommoditização dos cafés especiais (gourmet, orgânico, sombreado, com denominação de origem, Fairtrade). Pois, a crescente demanda por empresas torrefadoras como a Nestlé ou varejistas como a Starbucks tem promovido uma padronização do produto e dos preços, acabando com qualquer tipo de autonomia e identidade do produtor e transparência da negociação.

Numa tentativa de reverter essa lógica, algumas cafeteria nos Estados Unidos iniciaram um movimento denominado de “Terceira Onda do Café”. Para o inventor do termo, Trish Skeie (2002), enquanto a “Primeira Onda” refere-se à transformação do café em commodity e a consequente popularização do seu consumo, no final do século XIX; e a “Segunda” ao surgimento da Starbucks e a valorização e popularização do consumo de cafés de qualidade superior e a diversificação de produtos derivados do café, no final da década de 1960; a “Terceira Onda” faz referência ao atual movimento de produção de cafés de alta qualidade, que inclui a relação direta entre o dono da cafeteria e o produtor (direct trade) e o tratamento do café como um produto artesanal, que valoriza a diversidade de sabores, aromas, variedade dos grãos e regiões de origem (ao contrário dos blends). Os proprietários das cafeteria vinculadas ao movimento visitam as principais regiões produtoras do mundo atrás de cafés diferenciados e de qualidade superior, adquirindo pequenos lotes, que são torrados e moídos em suas próprias microtorrefadoras e vendidos em cafeteria em grandes cidades como Nova York, Chicago e São Francisco ou pela internet.

Apesar de permitir um salto de escala na perspectiva dos pequenos cafeicultores, a quantidade de café comercializado via Terceira Onda é ainda muito reduzida. Durante trabalho de campo em Nova York, encontramos apenas um produtor brasileiro, do Cerrado Mineiro, cujo café era vendido em cafeterias da Terceira Onda.

As grandes tradings é que controlam a maior parte do comércio mundial de café. A participação dessas empresas no mercado internacional de café aumentou sensivelmente a partir da década de 1990, com adoção das políticas neoliberais. A “desregulamentação” do mercado internacional do café, com o fim dos Acordos Internacionais do Café (AIC), em 1989, e da maioria dos institutos nacionais do café - órgãos estatais responsáveis pela formulação e execução das políticas cafeeiras -, resultou, na verdade, numa nova forma de regulação (PECK; TICKELL, 2002), com o aumento do poder das grandes empresas mundiais de torrefação e do comércio de café. Os estoques, até então em poder dos países produtores, foram vendidos para as tradings que passaram a mantê-los nos países consumidores, diminuindo o poder de barganha e de controle das oscilações de preços anteriormente em poder dos Estados produtores.

As possibilidades políticas oferecidas pela abertura dos mercados e a crescente demanda mundial por café fizeram com que as tradings, tradicionalmente localizadas nos países importadores, aumentassem também a sua atuação nos países produtores, por meio da compra direta, da exportação de café verde e da aquisição de empresas exportadoras locais. Em 2010, as cinco maiores tradings mundiais de café (Neumann, Ecom, Olam, ED&F Man, Louis Dreyfus) foram responsáveis por cerca de 50% do café comercializado no mundo (TCC, 2012). Além dos serviços de exportação, importação, armazenagem e transporte de café em grão, essas empresas também atuam no mercado financeiro, prestando serviços de administração de riscos, análise e investimentos no mercado futuro. Por estarem presentes concomitantemente nos países produtores e consumidores e serem responsáveis pela movimentação de grande quantidade de café, elas adquirem informações privilegiadas sobre a dinâmica de mercado, que utilizam nos seus serviços financeiros.

Assim como no comércio, o mercado de café torrado e moído também apresenta uma centralização crescente de capital. A tendência à oligopolização do mercado de torrefação de café iniciada nos EUA, na década de 1970, tornou-se mundial a partir da década de 1990, com a abertura dos mercados e a internacionalização das grandes empresas alimentícias. Do mesmo modo que as tradings, as cinco maiores empresas torrefadoras de café (Kraft/Philip Morris, Nestlé, Sara Lee, J.M. Smucker's, Elite) também eram responsáveis por aproximadamente metade do mercado mundial de torrado e moído, no ano de 2010 (TCC, 2012). Dentre as dez maiores, a grande novidade é a presença da empresa Starbucks, que apesar de vender café torrado e moído na prateleira dos supermercados, seu foco principal é a atuação junto ao consumidor através de sua rede de cafeterias. Outra importante diferença com relação às demais empresas é a sua forte atuação no mercado de cafés especiais: das 2,7 milhões de sacas de café verde adquiridas em 2010, cerca de 90% foram de café com algum tipo de certificação ou verificação (UTZ, Rain Forest, Fairtrade, orgânico, 4C), o que realça a importância e o crescimento do comércio mundial desse tipo de café (TCC, 2012).

A partir da década de 1990, com a nova regulação corporativa do mercado mundial, as empresas torrefadoras e tradings passaram a deter o controle sobre o circuito espacial produtivo do café. A mudança na forma de atuação dos Estados abriu espaço para uma maior ação das empresas, resultando naquilo que Daviron e Ponte (2007) chamam de “paradoxo do café”, isto é, o aumento significativo do volume de café comercializado mundialmente e do valor auferido pelas etapas finais do circuito, ao mesmo tempo em que os produtores passaram a receber os menores preços históricos. Multiplicam-se os bares denominados “cafés”, valorizam-se novos métodos de preparo e formas de consumo, assim como os produtos derivados do café e serviços prestados pelas cafeterias, ao passo em que os produtores, sobretudo, os pequenos, tornaram-se mais vulneráveis e com uma participação percentual cada vez menor no preço final do produto. Se por um lado, presenciamos um “boom” do mercado de café nos países importadores, por outro lado, os períodos de crise são cada vez mais recorrentes nos países produtores.



Segundo Talbot (2004), nas décadas de 1970 e 1980, a repartição da renda propiciada pelo circuito espacial produtivo do café entre os países importadores e produtores era relativamente igualitária, com os primeiros se apropriando em média de 50% do valor final. Com a prática das políticas neoliberais e o consequente fim dos Acordos Internacionais do Café, o percentual do valor final apropriado pelos países importadores aumentou para 75%, enquanto a média apropriada pelos cafeicultores diminuiu de cerca de 20% para taxas inferiores a 10%.

Os Acordos Internacionais do Café e a regulação dos estoques pelos Estados produtores amorteciam as oscilações de preços do café verde, que durante aquele período alcançaram os maiores preços históricos (TALBOT, 2004; DAVIRON; PONTE, 2007). Com o livre mercado e a adoção de uma posição oligopólica e oligopsônica pelas torrefadoras e tradings, respectivamente, presenciam-se ciclos longos de preços baixos (menores médias históricas), alterados por altas esporádicas, promovidas por intempéries climáticas (como as geadas no Brasil em 1994) ou pela redução momentânea dos estoques privados, como no ano de 2011. Contudo, as altas momentâneas de preço estimulam a formação de novas plantações que permanecerão produtivas durante vários anos, mesmo com a sua queda subsequente. Dessa forma, a um breve período de penúria de café e de preços elevados, sucede-se um longo período de grande oferta e de preços deprimidos (TALBOT, 2004; DAVIRON; PONTE, 2007).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a adoção das políticas neoliberais, a escala geográfica de atuação das grandes empresas ampliou-se significativamente. Antes, a atuação dos Estados produtores, por meio dos Acordos Internacionais do Café e dos institutos estatais do café, servia como um anteparo para os produtores contra a investida das grandes tradings e empresas torrefadoras. Pode-se afirmar que com a liberalização do mercado, essas empresas deram um salto de escala, ao reter o controle sobre todo o circuito espacial produtivo do café, enquanto a escala geográfica de ação dos Estados produtores se reduziu significativamente.

Desde então, é cada vez mais recorrente por parte de uma bibliografia defensora do “livre mercado”, estudos sobre os pequenos e médios produtores “empreendedores”, que diante da “livre concorrência” conseguiram se inserir em nichos de mercado, tais como o de cafés gourmet, orgânico ou com certificação ambiental. É comum o relato de casos particulares de produtores e associações relativamente bem sucedidos como um exemplo a ser seguido, como se as oportunidades fossem iguais para todos. Tal bibliografia omite a crescente apropriação desses mercados diferenciados pelas grandes corporações, levando ao que Daviron e Vagneron (2011) denominam de “recommoditização” do café. Trata-se de um processo de padronização e perda de identidade dos cafés especiais (gourmet, orgânico, Fairtrade) promovido pelas grandes corporações, que viram nesses mercados novas formas de acumulação.

Como sugere o título desse artigo, existe um “jogo de escalas” no circuito espacial produtivo do café, em que se diminui a escala de ação de Estados e dos cafeicultores, sobretudo, os pequenos, enquanto expande-se a escala de ação das grandes empresas internacionais do comércio e de torrefação. É evidente que se pode afirmar que determinados produtores, associações e cooperativas, com maior organização e capital, conseguiram dar um “salto de escala”, por meio do estabelecimento da relação direta com torrefadores e varejistas localizados nos países consumidores, inclusive oferecendo cafés com identidade própria, como é o caso de diversos agentes do Cerrado Mineiro, Oeste da Bahia e Sul de Minas. Todavia, a maioria esmagadora dos produtores, associações e cooperativas continuam a atuar apenas na escala local, permanecendo vulneráveis às crescentes oscilações dos preços dos mercados internacionais e ao poder de regulação das grandes empresas.

É inegável a melhoria da qualidade do café verde e da produtividade média das fazendas brasileiras nos últimos 20 anos, decorrente, principalmente, da assistência técnica e da extensão rural promovida pelas instituições públicas de ensino e pesquisa e da iniciativa de algumas associações,

cooperativas e produtores. Entretanto, na perspectiva dos pequenos produtores, a sua participação no circuito produtivo não deve ser entendida como um jogo de soma zero, em que os menos competitivos devem simplesmente sair do mercado, dando lugar aos mais eficientes, como apregoa a lógica neoliberal. Deve-se criar alternativas para que os pequenos produtores, que tem na cafeicultura seu principal meio de reprodução social, consigam se manter na atividade. Daí a premência de políticas estatais que garanta a sobrevivência daqueles produtores menos competitivos. Não se trata de nenhuma política assistencialista, mas apenas da busca pelo equilíbrio de força dentro deste jogo de escalas tão desiguais.

AGRADECIMENTOS

O artigo resulta de pesquisa realizada com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- ANTAS, JR. R. Circuitos espaciais produtivos da saúde, serviços médico-hospitalares e transformações da urbanização no território paulista. In: **Anais do IX Encontro Nacional da Associação de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia**. 2011. Disponível em: http://ricardoantasjr.org/wp-content/uploads/2012/03/circuitos_espaciais_produtivos.pdf. Acessado em: 13 de março de 2013.
- ARROYO, M. Circuitos espaciais de produção industrial e fluxos internacionais de mercadorias na dinâmica territorial do estado de São Paulo. **Boletim Campineiro de Geografia**, Campinas (SP), v.2, n.1, 2012. p. 7-26.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE CAFÉ – ABIC. **Indicadores da Indústria de Café no Brasil**, 2012. Disponível em: <http://www.abic.com.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=61>. Acessado em: 03 de março de 2013.
- BERNARDES, Júlia A.; ARACRI, Luis A. dos S.. (Org.). **Espaço e circuitos produtivos**: a cadeia carne/grãos no cerrado mato-grossense. Rio de Janeiro: Arquimedes Edições, 2010.
- BRENNER, Neil. The limits to scale? Methodological reflections on scalar structuration. **Progress in Human Geography**, v. 25, n. 4, p. 591–614, 2001.
- BOMTEMPO, D. C.; SPOZITO, E. S. Circuitos espaciais da produção e novas dinâmicas do território. **Revista Mercator**, Fortaleza, CE. Vol. 11, n.26, 2012. P. 27-46.
- CASTILLO, R.; FREDERICO, S.. Circuito espacial produtivo do café e competitividade territorial no Brasil. **Ciência Geográfica**. Bauru, Ano X, Volume X, n. 3, 2004, pp. 236-241
- CASTILLO, R.; FREDERICO, S.. Espaço geográfico, produção e movimento: uma reflexão sobre o conceito de circuito espacial produtivo. **Revista Sociedade & Natureza**, Uberlândia, 22 (3). 2010. p. 461-474.
- CASTRO, Iná Elias de. Análise geográfica e o problema epistemológico da escala. **Anuário do IGEO**. Rio de Janeiro, v. 15, p. 21-25, 1992.
- COX, Kevin R. **Spaces of globalization**: reasserting the power of the local. New York: The Guilford Press, 1998.
- DAVIRON, B.; PONTE, S. **The coffee paradox**: global markets, commodity trade and the elusive promise of development. Londres: Zed Books, 2007. 295p.
- DAVIRON, B.; I. VAGNERON, 2011. From commoditisation to de commoditisation... and back again. Discussing the role of sustainability standards for agricultural products, **Working Paper - UMR MOISA**, 29(1). 2011. p. 91-113.
- HARVEY, D. **O novo imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2004. 208 p.
- JOHNSTON, R. J.; GREGORY, D.; SMITH, D. M.. **The Dictionary of Human Geography**, Cambrige, USA: Blackwell Publishers. Thid Edition, 1994. 724p.
- MARSTON, S. The social construction of scale. **Progress in Human Geography** 24(2), 2000. p. 219–242.
- PECK, J; TICKELL, A. Neoliberalizing space. In: BRENNER, N.; THEODORE, N. **Spaces of Neoliberalism**: urban restructuring in North America an West Europe. Malden, USA: Blackwell Publishing, 2002. 33-57p.



- RAMOS, S. F.. Sistemas técnicos agrícolas do algodão e uso do território brasileiro. **Revista Geografia**; Rio Claro, v. 35, n. 1 (2010)
- RIBEIRO, A.C.T.; SILVA, C.A. da; SCHIPPER, Y.. Cartografia da ação e a juventude na cidade: trajetórias de método. In. RIBEIRO, A.C.T.; SILVA, C.A. da; CAMPOS, A. de O. (Orgs.) **Cartografia da ação social e movimentos da sociedade**: desafios das experiências urbanas. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011, 200p.
- SAES, M. S. M.; FARINA, E. M. Q. **O agribusiness do café no Brasil**. Editora Milkbizz: São Paulo, 1999, 230 p.
- SANTOS, M. Sociedade e espaço: a formação social como categoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 54. 1977. p. 81-100.
- SANTOS, Milton. Circuitos espaciais da produção: um comentário. In: SOUZA, M. A. A.; SANTOS, M. (orgs.). **A construção do espaço**. São Paulo: Nobel, 1986.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. SÃO Paulo: Hucitec, 1996. 308 p.
- SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000. 174 p.
- SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L.. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001. 473 p.
-
- SKEIE, T. R.. Norway and Coffee. **The Roasters Guild**, 2002. Disponível em: <http://timwendelboe.no/uploads/the-flamekeeper-2003.pdf>. Acessado em: 12 de março de 2013.
- SILVEIRA, M. L. Escala geográfica: da ação ao império? **Terra Livre**, Ano 20, v.2, n.23, jul./dez. 2004.
- SMITH, N. Contours of a Spatialized Politics: Homeless Vehicles and the Production of Geographical Scale. **Duke University Press**, N° 33, 1992. p.54-81.
- SMITH, N. The satanic geographies of globalization: uneven development in the 1990s. **Public Culture** 10(1), 1997. p. 169–192.
- SMITH, N. Scale Bending and the Fate of the National. In: Sheppard, E.; McMaster, R. B., **Scale and Geographic Inquiry**. Nature, Society, and Method. Malden, USA: Blackwell Publishing. 2004. p. 192 – 212.
- SMITH, N. **Uneven development**: nature, capital and the production of space. Atenas e Londres: The University of Georgia Press, 2008. 323 p.
- SWYNGEDOUW, E. Neither global nor local: ‘glocalization’ and the politics of scale. In Cox, K., editor, **Spaces of globalization**. New York: Guilford Press, 1997. p. 137–166.
- SWYNGEDOUW, E. **Scaled geographies**: Nature, Place, and the Polices of Scale. In: Sheppard, E.; McMaster, R. B., **Scale and Geographic Inquiry**. Nature, Society, and Method. Malden, USA: Blackwell Publishing. 2004. p. 129 – 153.
- TALBOT, J. M. **Grounds for agreement**. The political economy of the coffee commodity chain. Lanham, MD: Rowman and Littlefield Publishers, INC. 2004. 237 p.
- TROPICAL COMMODITY COALITION – TCC. **Coffee Barometer**, 2012. Disponível em: http://www.newforesight.com/sites/default/files/newforesight/TCC_CoffeeBarometer2012.pdf. Acessado em: 08 de março de 2013.